

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 15, DE 26.02.2016

No dia 26 de fevereiro de 2016, pelas 20 h 40m, nos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM) de Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenção do público.
2. Ata da reunião de 27.11.2015.
3. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia.
4. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
5. Alterações ao Regulamento de Concessão de Apoios ao Investimento.
6. CPCJ de Castelo de Paiva: Relatório de atividades anual de 2015, com intervenções dos respectivos membros indicados pela AM, bem como da respectiva presidente, estando em apreciação as alterações legislativas sobre o desempenho dos mandatos. Indicação de Representantes da AM para integrarem a CPCJ. [Este ponto por ter a participação de convidados, deverá ter início pelas 21h30, interrompendo-se o ponto que esteja em discussão e considerando-se alterada a OT em conformidade].
7. Documentos Previsionais da CIM-TS para 2016.
8. Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Conhecimento da Consulta Pública.
9. Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior. Conhecimento da Consulta Pública
10. Regulamento de Apoio à Natalidade. Conhecimento da Consulta Pública
11. Regulamento de Solidariedade Social. Conhecimento da Consulta Pública
12. Alteração do Regulamento do Mercado Municipal “Alfredo Augusto Ribeiro”.
13. Lei dos compromissos e pagamentos em atraso. – Listagem dos compromissos plurianuais 4º. trimestre 2015.
14. Intervenção do público.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, Fernando da Silva Moreira, Giselda Martins Sousa Neves, José António da Costa Moreira da Rocha, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Marisa Vieira da Cunha Santos, António da Silva Pinto, Ângelo Soares Fernandes, Filipe Miguel de Sousa Costa, Ricardo Jorge Martins Alves, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, José Duarte Sousa Rocha; Maria Alcina Gonçalves Correia, Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira, Maria Manuela de Sousa Moreira, Ricardo Costa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; Liliana Catarina Martins Vieira, Maria Celeste José dos Santos, José António dos Santos Vilela, António Filipe Moura Fernandes, Vítor

Manuel Quintas Pinho, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, e Mónica Sofia Gomes da Rocha em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, Agostinho Manuel Luís Monteiro.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores, António Rodrigues, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva, e Vanessa Pereira.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado pelos secretários, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre e José Vieira Gonçalves, Primeiro e Segundos Secretários respetivamente.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

a) José Manuel Lopes de Almeida; b) Fernando Rodrigues Alves; c) Manuel da Costa Moreira Rocha Correia; d) António da Rocha Pereira; e) Abel Duarte Barbosa.

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos, ou seja: a) Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira; b) Maria Celeste José dos Santos; c); Liliana Catarina Martins Vieira; d) Fernando da Silva Moreira; e) Marisa Vieira da Cunha Santos

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 20.40h.

1.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções

ATA DA SESSÃO DA AM DE 27.11.2015.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 27.11.2015.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria, com 6 abstenções, por não terem estado presentes naquela sessão, e 12 votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

Verificou-se a presença de Alcina Correia, José Rocha, Liliana Vieira, Manuela Moreira, Ricardo Jorge, Filipe Costa, António Pinto, Mónica Rocha Substituta do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, e a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Joselina Casaca.

3.- ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

Giselda Neves referiu que a medida de incentivo à natalidade agradava-a, porque fazia-se sentir um decréscimo acentuado na população paivense. Era notório na Educação Pré-Escolar a diminuição do número de crianças. Congratulava-se com o Executivo e com aquela medida que fazia parte do programa eleitoral. Objetivo era também o combate à exclusão social, a alguns focos de pobreza e também o

incentivo à natalidade, era interessante não terem conseguido a prova mais fácil, mas sim o apoio diferente de verdadeira ajuda, com compra de bens e de géneros essenciais, de forma faseada para as crianças até aos dois anos de idade, e ainda que todos aqueles géneros tivessem de ser comprados no Concelho estimulando o comércio local.

Fátima Strecht saudou a indigitação do novo Governo, fruto de uma esquerda unida. Fazia votos para que deste governo saísse uma nova abertura com o Poder Local. Soube que já tinha havido algumas audiências com altos membros do Governo e solicitou ao Sr. Presidente da CM que fizesse uma resenha do que tinha acontecido. Saudava também o novo Presidente da República, esperando que fosse de facto o Presidente de todos os portugueses e que houvesse entendimento entre este e o Governo. Felicitava o Sr. Presidente da CM pelo mandato como Presidente da CIM-TS e solicitou que fizesse um balanço daquele mandato. Mais uma vez alertou para o que se passou no recinto da Feira, após a realização da feira do dia 6 de Fevereiro, em que estava muito mau tempo, só se viam centenas de sacos de plástico empilhados. A fiscalização deveria atuar, porque era desumano ver à noite os funcionários da CM debaixo de um temporal a apanhar os sacos de plástico. Apelava para que sensibilizassem os Senhores feirantes, sob pena do pagamento de multa, que utilizassem os sacos grandes que eram distribuídos pela CM, porque não havia qualquer explicação para aquele panorama que era oferecido depois das feiras.

Pedro Maldonado referiu que pensava que a Dr^a. Fátima Strecht ia saudar o facto da coligação Portugal à Frente ter ganho as legislativas, e que tinha havido outras assembleias municipais depois de 4 de Outubro, mas parecia-lhe que tinha de ouvir, em todas elas, alguém do PS com a bandeirinha da esquerda unida. Se o Governo fosse um sistema operativo era o Governo “zero ponto zero”, porque a única coisa que tinham assistido foi o carregar na tecla do desfazer aquilo que se construiu com tantos sacrifícios pelos portugueses durante quatro anos. Do ponto de vista da legitimidade constitucional não estava em causa e um dia iriam provar daquele veneno. Do ponto de vista daquilo que foi o resultado dos votos expressos dos portugueses, poderiam usar a lixívia que quisessem à esquerda, mas a coligação de Portugal à frente tinha ganho as eleições. No que tange à eleição do Sr. Presidente da República, havia um paradigma novo de fazer campanhas eleitorais, assim como a sua metodologia e o resultado foi claro e inequívoco.

Vitor Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Real, começou por homenagear um paivense e um realense extraordinário, que durante 25 anos geriu e liderou os destinos da Freguesia de Real, Joaquim Gomes de Castro. Era um homem que tinha dado muito à Freguesia de Real e que pouco recebeu. Era apologista das homenagens enquanto as pessoas estavam vivas, porque assim é que deveriam ser lembradas e a Freguesia de Real assim o fez, dando o nome dele a um equipamento da Freguesia de Real. Tinha sido graças a ele que se candidatara e que com a sua

ajuda tinha ganho as eleições em Real. Joaquim Gomes de Castro foi mais que um excelente Presidente, mais que um Membro da AM na representação da Freguesia de Real e tinha ideais que todos deveriam seguir. O seu desaparecimento era meramente físico, pois continuará a perdurar na memória de todos os que o conheceram. Em representação do Grupo Municipal do PS e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Real apresentava as mais sinceras condolências à família.

Ângelo Soares referiu que tinha chovido muito e que, junto ao fontenário de Gaído, houve um problema muito grave, porque o aqueduto que estava junto ao fontenário não conseguia suportar todas as águas que vinham de Arejinha para Gaído. Ou o aqueduto estava muito tapado, ou tinham que fazer um manilhamento novo. Saudou a Mariana Martins por ser a campeã nacional de Taekwondo.

Ricardo Jorge referiu que secundava as palavras do Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Real, porque conhecia o Sr. Castro, e só o simples facto de ter estado durante muitos anos ao serviço da causa pública, a sua dedicação merecia todo o respeito e reconhecimento. Em nome do Grupo Municipal do PSD e com a indicação do Presidente da Junta de Freguesia de Real assim como do Grupo Municipal do PS, propôs a aprovação de um voto de pesar pela AM e que o mesmo fosse enviado à respetiva família.

Filipe Costa referiu que teve conhecimento de algumas notícias da comunicação social, relativamente ao visto do Tribunal de Contas, sobre a CM. Foi discutida há algum tempo a capacidade de negociação e de endividamento da CM, designadamente o financiamento que foi conseguido para os empréstimos que tinham, com taxas de juros mais baixos. Recentemente foram surpreendidos com o facto da CM ter obtido uma poupança no serviço da dívida, até ao ano de 2023, em mais de 643.000,00€. Não obstante tal facto, a CM tinha vindo a investir em infra-estruturas sociais, como a recente medida de apoio à natalidade, mas ainda assim, parecia que havia algumas duvidas sobre o visto do Tribunal de Contas. Questionou o Sr. Presidente da CM se era possível esclarecer a situação da dívida de médio e longo prazo da CM, a 31 de Dezembro de 2015, e também quais as perspetivas que a CM tinha em termos de investimentos, do ponto de vista do reforço da competitividade e das respostas aos anseios de todos os paivenses.

Almiro Moreira referiu que se congratulava com a eleição do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Quanto às notícias que ouviu, relativas ao Plano de Orçamento de Estado para 2016, questionou o Sr. Presidente da CM, qual era a sua perceção, nomeadamente no que dizia respeito ao IVA das refeições escolares que se iria manter em 23%. Relativamente à própria verba dos fundos estruturais do Orçamento de Estado, e segundo o que tinha lido na imprensa, havia um decréscimo de cerca de 300 milhões de euros na distribuição para os municípios daquilo que seria espectável de acordo com a Lei das Finanças Locais e que aquele

assunto também abrangia as Freguesias, porque havia naquele orçamento um decréscimo de cerca de 21 milhões de euros. No seu entendimento, as Freguesias de menor dimensão iriam ter um acréscimo de negatividade em relação às de maior dimensão, como era o caso das freguesias da zona de Lisboa. Questionou também o Sr. Presidente da CM sobre o que pensava fazer relativamente à questão dos transportes, porque no Orçamento de Estado era referido que iria haver uma majoração para as empresas em sede de IRC, mas que nada estava previsto para os municípios. Gostava de saber se o Sr. Presidente da CM estava atento àquelas especificidades do Orçamento e se previa tomar alguma nota, ou se achava que não eram relevantes aquelas divergências.

Mónica Rocha em representação da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, referiu que tinha sido apresentado um concurso de ideias e explicado a regulamentação do mesmo. Para este ano o tema era o desporto radical, mas achava que tinham ficado algumas dúvidas no ar. Ficaram a saber que era um regulamento universal, que o tema modificava todos os anos, mas queria que o Sr. Presidente da CM explicasse melhor o contexto do mesmo. Informou a Assembleia que a Banda dos Mineiros do Pejão ganhou o 1º. Lugar no Concurso de Bandas Filarmónicas, assim como o seu maestro na sua categoria. Tinham muito orgulho naquela Banda, porque levava o nome da Freguesia e do Concelho aos quatro cantos do País e além fronteiras. Propôs à AM que aprovasse um voto de louvor à referida Banda e que lhe dessem conhecimento do mesmo. Foi com muita satisfação que viu uma imagem do projeto do Choupal no Boletim Informativo da CM, porque era um projeto há muito esperado pelo povo do Couto Mineiro e em especial da população de Pedorido, e sabia que havia algumas medidas que estavam a ser levadas pela CM, mas se havia mais desenvolvimentos solicitava ao Presidente da CM que explicasse. Quanto à Fábrica JOMANI, encerrou em Oliveira do Arda e que queriam transferir os trabalhadores todos para Guimarães, estava em processo judicial, e que sabiam que eram 40 trabalhadores que estavam no desemprego. Sabiam, também, que havia um investidor que queria vir para a Zona Industrial de Lavagueiras, que tinha como produção o calçado, gostaria de saber como estava o processo de instalação daquela empresa e qual o local efetivo na Zona Industrial. Sabia que o Sr. Presidente da CM tinha reunido com o Ministro do Ambiente e questionou se o assunto da conduta da Ponte Centenária de Pedorido foi discutido e como estava o estado do processo. Por último, agradeceu ao Pelouro da Proteção Civil e aos funcionários que estiveram no local onde houve uma derrocada junto da Igreja Matriz, assim como aos bombeiros, que estiveram nesse sítio até tudo estar normalizado.

Carla Freitas alertou o Pelouro da Proteção Civil da sua preocupação com uma derrocada que houve no Lugar de Chanal, na Fonte, que deixou uma casa completamente isolada, junto ao Lar Dr. Justino Strecht, que vivia lá uma pessoa idosa com um filho incapacitado, e as ambulâncias e as carrinhas de apoio

domiciliário não chegavam lá. Gostava de saber quais as diligências que iriam ser tomadas e se a situação estava para ser resolvida.

Presidente da AM referiu que ficou surpreendido com a intervenção do Membro Pedro Maldonado acerca do novo Governo. Saudava o novo Governo e que ser de esquerda não era doença nenhuma, não era ser contra o País ou contra a pátria, ou ser contra os mais nobres ideais da humanidade e da política. Não deveria ficar angustiado por haver unidade de esquerda. Os milhares de portugueses que se situavam na área de esquerda, como ele, que muito lutaram para derrubar o fascismo, só podiam sentir-se orgulhosos por aquela oportunidade, e oxalá fosse bem sucedida, que não houvesse forças estranhas da Europa que os fossem manobrando. Desfazer o mal que foi feito era uma grande virtude. O Governo não se tinha limitado a desfazer, mas tinha desfeito o mal que foi feito, e que isto merecia um louvor e não um lamento. A nova cultura do diálogo que estava instalada no Poder Central só os poderia contentar e tinham que desejar que desse bons frutos. Quanto à questão da justiça, não sabia se o Sr. Presidente da CM tinha alguma notícia, mas para todo o sempre e para a história, foi o Governo do PSD e CDS que extinguiu a Comarca de Castelo de Paiva que tinha muitos anos. Havia uma placa com a data assinalada de quando foi erigida e gostaria de saber se iriam colocar uma placa com a data da sua extinção e dos seus autores. O que importava era que a justiça de Castelo de Paiva fosse feita em Castelo de Paiva. Os juízes, os magistrados e o Ministério Público deveriam deslocar-se e não as pessoas que tinham de ir de chapéu na mão a Santa Maria da Feira ou a Oliveira de Azeméis. A AM tomou uma posição, por unanimidade, que deveria ser sustentada no que lá estava e nas diligências a fazer, porque havia um novo Governo e queriam Castelo de Paiva melhor servido na área da justiça. Estava disponível como representante da AM para acompanhar o Sr. Presidente da CM nas novas diligências e que a ideia central era que Castelo de Paiva queria que a justiça fosse feita em Castelo de Paiva.

Pedro Maldonado referiu que ser de esquerda não era doença, ser do centro- direita também não era maleita. Dirigindo-se ao Presidente da AM, disse que se dúvidas tivesse no acerto ideológico daquilo que tinha dito, depois de o ter escutado e com o respeito que lhe tinha, tinha total razão no que houvera dito.

Presidente da AM referiu que era a favor do debate democrático, mas não tinha percebido nada e tirava o chapéu a quem tinha percebido. Quanto à questão do veneno, referiu que como Membro da AM, também já tinha integrado uma lista para a AM, tinham ganho as eleições mas não tiveram a Presidência da AM.

Presidente da AM referiu que interrompia o debate daquele ponto, e solicitou aos acompanhantes da Mesa que cedessem os respetivos lugares, pois os mesmos seriam ocupados pelos convidados representantes da CPCJ, Dr^a. Fátima Strecht, Dr^a. Alcina Correia, Dr^a. Carla Gouveia e a Presidente da CPCJ Dr^a. Andreia Gomes. A Dr^a. Sandra Cunha justificou a indisponibilidade em estar presente.

Iniciou-se a discussão do seguinte ponto da Ordem de Trabalhos:

6.-CPCJ DE CASTELO DE PAIVA: RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DE 2015, COM INTERVENÇÕES DOS RESPECTIVOS MEMBROS INDICADOS PELA AM, BEM COMO DA RESPECTIVA PRESIDENTE, ESTANDO EM APRECIÇÃO AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE O DESEMPENHO DOS MANDATOS. INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DA AM PARA INTEGRAREM A CPCJ. [ESTE PONTO POR TER A PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS, DEVERÁ TER INÍCIO PELAS 21H30, INTERROMPENDO-SE O PONTO QUE ESTEJA EM DISCUSSÃO E CONSIDERANDO-SE ALTERADA A OT EM CONFORMIDADE].

Usou da palavra a Dr.^a Andreia Gomes Presidente da CPCJ para referir que agradecia o convite endereçado à CPCJ para estar presente na AM para apresentar o Relatório de Atividades. Aquele documento era uma imposição legal da própria Comissão Nacional. Naquele documento estava feita uma análise descritiva do funcionamento em termos de logística, de composição, horários de funcionamento e de todos os trâmites burocráticos. Para terem uma noção do trabalho desenvolvido, foi notado um acréscimo em termos de volume processual, em termos de crianças acompanhadas, mas relativamente a processos efetivos que transitaram e foram trabalhados pela Comissão, o valor não era assim tão significativo. Mas apesar de terem um menor número de processos, tinham uma maior complexidade e dificuldade em trabalhar com as famílias, pelas problemáticas que estavam associadas aos agregados familiares. A maior parte das sinalizações eram feitas pelas escolas, pelas forças policiais e alguns pelos próprios tribunais. As problemáticas principais que afetavam as crianças eram questões de negligência, violência doméstica e dificuldades económicas associadas a todos os problemas. Em termos de idades, tinham uma grande dificuldade porque estavam a ficar com crianças muito pequeninas ou com jovens pré-delinquentes. Outra limitação que estavam a ter era que os processos ao nível da Proteção de Menores estavam a ser tratados no Tribunal de Santa Maria da Feira, sendo complicado para as famílias deslocarem-se até lá. A Comissão não fazia só o acompanhamento de processos, mas desenvolvia uma série de atividades em parceria com várias instituições do Concelho e com a CM e Juntas de Freguesia para encontrarem respostas mais adequadas para solucionarem os problemas das crianças. Quanto às medidas aplicadas, a grande parte delas, prendiam-se com o acompanhamento junto dos pais e tentavam ao máximo preservar a continuidade das crianças juntados familiares. Era este o funcionamento e o trabalho desenvolvido pela Comissão. Quanto aos elementos que integravam a Comissão, havia a obrigatoriedade de uma série de elementos que estavam descritos na Lei ,que tinha sido alterada, e tendo a duração dos mandatos passado de 2 para 3 anos e a indicação que tinham da Comissão Nacional era que quem estava na Comissão deveria manter-se até ao final do

mandato ou seja até Março de 2017. Uma outra alteração era que, em termos de constituição da Comissão, o representante do Ministério da Educação era o elemento que tinha que estar 35 horas a prestar serviço à comissão. Quanto aos restantes elementos, a nova Lei estipulava que existisse, obrigatoriamente, um período de 8 horas mensais de prestação de serviço à Comissão. No entendimento da Comissão Nacional aquele trabalho não tinha que ser presencial no local onde funcionava a Comissão, poderia ser feito noutros locais desde que se contabilizassem as 8 horas mensais.

Dr.^aFátima Strecht referiu que já estava mais descansada porque tinha solicitado a sua substituição como elemento da CPCJ, por causa da imposição da nova Lei, relativamente às 8 horas mensais de trabalho obrigatório na Comissão, mas as orientações superiores era que os elementos da CPCJ se mantivessem no exercício das funções até ao final do mandato até Março de 2007 e que por ser a CPCJ iria ficar então até ao final do mandato.

Dr.^aAlcina Correia referiu que estava nas mesmas circunstâncias da Dr.^a. Fátima, também tinha pedido para ser substituída. Foi confrontada com mais um ano de mandato, mas no seu caso era difícil estar presente nas reuniões marcadas para as 14 horas, pois tinha de faltar ao trabalho. Já tinha solicitado a alteração do horário, mas ainda não tinha obtido resposta. Que gostava muito do trabalho da CPCJ, porque havia a questão humana, mas, perante a Lei e o horário, deixava ali um pedido para que houvesse alteração do horário das reuniões para que pudesse estar presente em todas elas.

Presidente da AM referiu que gostava que os membros indicados pela AM reportassem o trabalho que estavam a fazer na CPCJ.

Dr.^a Carla Gouveia agradeceu o convite e referiu que já fazia parte da CPCJ há 10 anos. Fazia parte da Comissão alargada, que tinha funções ligadas à prevenção dos riscos e perigos para as crianças e jovens, informação e sensibilização da comunidade para os direitos das crianças e sua proteção e, também, do levantamento dos recursos e das maiores carências que são necessárias para a promoção, proteção e direitos dos jovens. Nos últimos anos a Comissão Alargada desenvolveu varias atividades, desde conferências, workshops, exposições que interessavam às crianças e aos jovens, assim como atividades com a intervenção daqueles, como o campo de férias. As problemáticas do Concelho, ao longo de 10 anos, não sofreram grandes alterações, exceto nos casos de violência doméstica que tinham aumentado. Quanto às alterações legislativas, o sistema de promoção e proteção dos jovens estava montado de uma forma que achava que era discutível, porque o Estado em vez de se responsabilizar pela promoção e proteção das crianças determinou que daquelas comissões fizessem parte determinadas entidades e que eram estas que deveriam dotar as comissões de mão-de-obra, de pessoas para resolver os problemas da promoção e proteção de crianças e jovens. Isto dependia

muito da boa vontade e da dedicação das pessoas que tinham muitas vezes que deixar de cumprir as suas obrigações nos seus próprios empregos, tornando-se difícil compatibilizar e exercer aquele trabalho na Comissão, pois a lei considerava que tinha caráter prioritário e até dizia que as funções dos comissários constituíam serviço público obrigatório. Houve algumas dificuldades por parte dos Comissários, mesmo aqueles que tinham um vínculo laboral com as entidades que representavam. Quanto à questão da continuidade, não sabia do entendimento pela duração dos mandatos que era de 2 anos e que passou para 3 anos e que os comissários teriam de cumprir o mandato até ao fim dos 3 anos. Mas tinha outro problema, porque a Lei nova instituíu como limite máximo de participação 9 anos, já tinha ultrapassado aquele limite e não sabia qual era o entendimento da Comissão Nacional em relação aos membros que vão ultrapassar os 9 anos, se seriam ou não substituídos ou se tinham de terminar o mandato. A sua colaboração e contributo na CPCJ, para além de participar em todas as ações que foram promovidas pela Comissão Alargada, também contribuiu com ações de formação e informação aos técnicos e membros da Comissão quanto à legislação aplicável e das dúvidas que a nova Lei veio trazer. Agradecia à AM a oportunidade de ter participado na CPCJ.

Dr.ª Alcina Correia referiu que enquanto docente do pré-escolar, e tendo conhecimento do trabalho desenvolvido pelos colegas do 1º. Ciclo, sempre que havia um projeto da CPCJ a ser trabalhado junto das escolas, relativo aos valores e aos direitos das crianças, aquelas aderiram sempre e os trabalhos ficavam expostos nos cafés e na CM, sempre participou, sensibilizou e incentivou os colegas para a participação.

Ricardo Jorge referiu que ia fazer um reconhecimento, porque o problema das crianças e dos jovens não existia até serem confrontados com as situações práticas da vida, que tinham a noção quando se relacionavam com as situações, não afetavam a sociedade entendida como um todo, só depois nos casos concretos é que se percebia os problemas, assim como das dificuldades em resolvê-los fruto das próprias circunstâncias em que elas se desenvolviam. Deixava um reconhecimento ao trabalho da Comissão, que era feito com grande empenho e pelo que sabia era bem sucedido.

Dr.ª Andreia Gomes esclareceu que, relativamente às questões dos tempos, as orientações que tinham da Comissão Nacional, era que os mandatos que estavam em curso deveriam passar para 3 anos e serem finalizados. Relativamente à questão dos tempos dos 6 anos que passaram para 9, havia sempre uma possibilidade de, caso existisse uma impossibilidade de substituição dos elementos, e desde que o mesmo fosse designado, concordasse e houvesse um entendimento com a entidade que representava e um parecer favorável da Comissão Nacional, poderia continuar. Relativamente aos tempos e às impossibilidades e ao que foi referido quanto a outros afazeres, também não estava a cem por cento na Comissão, porque tinha outras tarefas, que lhe eram impostas, mas que tentava dar sempre o seu melhor.

Aquele trabalho não era só feito dentro das 8 horas mensais, como tinha sido referido, era feito constantemente e dentro das possibilidades e disponibilidades que tinham, tentavam fazer o melhor que podiam e sabiam, mas enquanto Presidente tinha de dar os parabéns ao funcionamento da Comissão, que dentro das limitações que tinham, conseguiam alcançar os objetivos. Agradeceu o convite que foi formulado e a oportunidade para estar presente na AM.

Presidente da AM referiu que tinham feito uma insistência junto da Secretária de Estado a propósito dos constrangimentos da Lei, pediu-lhe que exercesse as suas funções e o seu poder, porque a Lei tinha de estar ao serviço da vida e das pessoas. Pediram-lhe insistentemente que não fossem as Leis a criar constrangimentos até à participação voluntária dedicada de cidadãos, porque não ficava bem que estivessem a violar a lei. Em nome da AM agradecia aquele momento alto de trabalho e reconhecia o excelente trabalho desenvolvido pela CPCJ e que continuassem nas tarefas até ao final do mandato. Dava por terminado aquele ponto e solicitou uma salva de palmas para as convidadas.

Ausentou-se o Membro Alcina Correia a seguir à discussão deste ponto.

Retomou-se a discussão do Ponto 3, e usou da palavra o Sr. Presidente da CM, para responder às questões colocadas.

Presidente da CM referiu que felicitava e saudava o serviço de Proteção Civil na pessoa do seu Vice-Presidente, assim como aos Presidentes e aos membros das Juntas de Freguesia, aos funcionários da CM e das Juntas de Freguesia, aos bombeiros Voluntários, à GNR, que com prontidão, disponibilidade e boa eficácia deram respostas nos primeiros dias do ano que causaram alguma preocupação por causa do mau tempo. Agradeceu as palavras que foram dirigidas ao Executivo e à AM sobre a medida de Apoio e Incentivo à Natalidade. Avançaram com aquela medida de uma forma responsável, porque entenderam que não deveriam distribuir dinheiro, mas sim procurar atribuir e disponibilizar bens de necessidade, que se enquadrassem no nascimento e crescimento da criança até aos 2 anos de idade, adquiridos no comércio local, no valor total de 750€. Era uma medida importante e era um sinal de apoio às famílias paivenses. Saudou o novo Governo e o Sr. Presidente da República. Com este novo Governo tinha havido uma receptividade e uma disponibilidade muito grande para com o Concelho de Castelo de Paiva. Iam ser exigentes, não abdicariam daquilo que eram os interesses do Município, não deixariam de dizer o que pensavam sempre numa perspetiva de coerência e de lealdade. Numa semana o Governo promoveu mais audiências do que em 6 anos que estavam na CM. Já tinham reunido com o Ministro e o Secretário de Estado do Ambiente e com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território, para tratar de assuntos que estavam emperrados, como era o caso da Variante à EN 222 e da Ponte Centenária de Pedrido com a retirada da conduta daquela ponte, assim como do seu melhoramento. O Ministro, que esteve contra o setor das águas, estava a honrar o compromisso que assumiu, e disse abertamente que era para respeitar a

vontade dos Municípios e que se estes entendessem a Águas do Douro e Paiva voltaria a existir. Naturalmente demonstrou-lhe a sua satisfação por ver que se tinha desfeito uma coisa que tinha sido mal feita. Da parte do Sr. Ministro havia disponibilidade para colaborar com o Município no âmbito do saneamento e abastecimento de água em baixa na criação de rede nova. Outra reunião importante que tiveram foi com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, que estava empenhadíssimo em melhorar o sistema de saúde no Concelho. Tinha-lhe pedido a urgência básica no Concelho, o serviço de saúde em Sardoura e valências como a saúde oral no Centro de Saúde. Tinha mantido contacto com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e que uma das questões positivas no Orçamento de Estado era a duplicidade de contribuições para a ADSE por parte das câmaras municipais. Era uma despesa bastante significativa, que rondava os 45 mil euros por ano, e iria ser paga pelo Ministério da Saúde. Tinha manifestado junto do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o empréstimo que a CM tinha à Direção Geral do Tesouro, que tinha de ser pago até 2019, era um esforço brutal e se conseguissem reestruturar aquele empréstimo era positivo para o Município, bem como a possibilidade de reestruturação do PSF em mais anos desde que não aumentasse o serviço da dívida da CM. Uma das circunstâncias que o Município deveria beneficiar e uma das questões que colocou ao Sr. Secretário de Estado, e o que estava inscrito no Orçamento de Estado era que os Planos de Saneamento Financeiro aprovados até 30 de Setembro poderiam ser reestruturados, e o que ia pedir era que fosse prolongado até 31 de Dezembro, para que o PSF da CM voltasse a ser renegociado em baixa para reduzir o serviço da dívida. Já lhe tinha manifestado o interesse referente à descida do IVA, não só na questão das refeições escolares mas também na electricidade pública. Uma das novidades do Governo era que os investimentos suportados pelos Fundos Comunitários, daquilo que dizia respeito à componente nacional não ia contar para a questão da capacidade de endividamento. Outra questão que considerou importante tinha a ver com a Lei dos Compromissos, que ia ter uma abertura maior, passava de 3 para 6 meses de receitas que iriam ser contabilizadas para fundos disponíveis. Com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares tinham tido uma proximidade muito grande, porque tinha sido o interlocutor da ligação entre o município e o Governo e que lhe tinha feito chegar o dossier de todos os problemas que tinham pendentes e ele agilizou o contacto com os vários governantes. No dia 1 de Março irão ter uma reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas e do Planeamento e que iria abordar a questão da ligação da Variante à EN 222, ele já conhecia o dossier e a candidatura que abrangia o alargamento às Zonas Industriais, e esperava que se avançasse rapidamente o projeto da variante à EN 222. Um outro aspeto importante que iria abordar era o da Baixa Densidade, porque era uma injustiça para o Concelho de Castelo de Paiva. Naquele mesmo dia iria ter reunião com o Sr. Ministro da Economia e com a Sr^a. Secretária de Estado do Turismo para debater alguns assuntos importantes para o Município e iria terminar com uma reunião com o Ministro da Cultura. Também já

tinham agendado uma reunião com a Secretária de Estado Adjunta da Justiça, no dia 16 de Março, e solicitar que o Sr. Presidente da AM o acompanhasse. Sobre a Presidência da CIM-TS, agradeceu as palavras do Membro Fátima Strecht, que tinham sido 2 anos bastante exigentes, mas que deram visibilidade ao Concelho e tiveram oportunidade de afirmar projetos importantes para a Região. Quanto à questão da “JOMANI”, teve oportunidade de contactar com muitos empresários e um deles interessou-se por Castelo de Paiva, respondendo a uma situação difícil da “JOMANI”, porque havia quase 40 trabalhadores em situação precária, e que a empresa que vinha para Castelo de Paiva era uma das mais importantes e sólidas no setor do Calçado e o que pretendia era instalar a empresa e ficar com os trabalhadores todos da “JOMANI”. Esperava que aquela empresa tivesse sucesso e crescimento no Concelho de Castelo de Paiva. Sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real e do voto de pesar a Joaquim Gomes de Castro, já também o tinha feito na CM, que era inteiramente justo, porque foi um exemplo para todos, como homem e como autarca. Sobre a questão suscitada pelo Ângelo, tinha tomado nota e também, felicitava a Mariana Martins por mais um êxito no Taekwondo. Quanto à questão colocada pelo Filipe Costa, referiu que a dívida de médio e longo prazo e a dívida da CM no final de 2015 cifrava-se na casa dos 9,5 milhões de euros. Era um sucesso para o Executivo a redução da dívida da CM. Só no ano passado conseguiram amortizar entre capital e juros mais de 1.700.000,00€ e que o prazo médio de pagamento era de 51 dias. Quanto às propostas que estavam inscritas no Orçamento de Estado, no final e na discussão da especialidade, estaria disponível para discutir em pleno na AM o Orçamento de Estado. Quanto à questão do Choupal, referiu que foi aprovado o projeto de execução. O investimento na primeira fase rondava os 200 mil euros e a obra na sua globalidade representava 500 mil euros. Tinham um desafio que era muito potenciador para o Concelho, que era um percurso pedonal desde o Choupal até à Ponte de Entre-os-Rios na margem do Rio. O Rio Paiva também não ia ser esquecido, e esperava ter fundos comunitários para valorização do território. Associava-se ao voto de congratulação da Banda dos Mineiros do Pejão. Sobre a questão do concurso de ideias, referiu que o tema era anual, que havia um júri direcionado à temática, seria muito inovador e esperava que houvesse muitos paivenses a participar. Quanto à derrocada do muro, estavam a acompanhar o assunto, que um particular tinha responsabilidade de o repor e que o iria fazer a curto prazo.

Presidente da AM colocou à votação dois votos:

Voto de Pesar pelo falecimento, reconhecimento e de louvor, pela sua militância cívica e exemplar desempenho dos cargos autárquicos para que foi eleito, designadamente na Junta de Freguesia de Pedorido e por muitos anos na Junta de Freguesia de Real. Aquele voto também era de louvor e elogio pela figura pública, pela estatura de cidadão e de intervenção no Concelho, o Sr. Joaquim Gomes de Castro.

A AM deliberou por unanimidade aprovar o referido voto de pesar e transmiti-lo à família.

Voto de congratulação, de reconhecimento, de aplauso e louvor à Banda de Música dos Mineiros do Pejão por mais um primeiro prémio no II Concurso Internacional de Bandas Filarmónicas realizado no Europarque da Feira em 28 de Novembro de 2015.

A AM deliberou por unanimidade aprovar o voto de congratulação, e transmiti-lo à Banda de Música dos Mineiros do Pejão.

Presidente da AM deu nota das atividades em que participou em representação da AM. Esteve presente na cerimónia do Concurso de Ideias “Desafios”; esteve na apresentação pública de incentivos à natalidade; a AM esteve representada no Conselho Municipal da Educação pela Secretária Carla Freitas; esteve presente no Encontro de cantares das janeiras no salão paroquial de Bairros; esteve presente na inauguração das instalações do designado CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social; esteve presente no almoço de Natal dos trabalhadores da CM de Castelo de Paiva, e esteve presente no jantar de Natal do Rancho Folclórico de N.ª. Sr.ª. das Amoras, participação no funeral do Sr. Joaquim Gomes de Castro com a oferta de uma coroa de flores com uma dedicatória.

4.-INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Presente o ofício 4634 de 11.11.2015, do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 13 de Novembro de 2015, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é nessa data de 616.749,68 (seiscentos e dezasseis mil setecentos e quarenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 12.11.2015, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.468.672,43 (um milhão quatrocentos e sessenta e oito mil seiscentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta acta.

5.-ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIOS AO INVESTIMENTO.

Presente o Regulamento de Concessão de Apoios ao Investimento e uma informação dos serviços, dando conhecimento das alterações ao mesmo, que se dão aqui integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

Presidente da CM referiu que aquele documento já tinha sido objeto de aprovação do Executivo Municipal e de discussão pública. A alteração consistia em algumas matérias que estavam na alçada da AM para decisão. A proposta era passar para a esfera da CM e esta por sua vez transferir para a competência do Presidente da CM.

Os termos eram a cedência de terrenos, realização de algumas infraestruturas, a cedência de alguns edifícios e equipamentos de apoio financeiro direto. As que se mantinham na AM era a bonificação do preço para a cedência de terrenos, os benefícios fiscais e a isenção de taxas. Em muitas circunstâncias e quando se tratava de captar pessoas que estavam interessadas em investir no Concelho, muitas vezes eram confrontados com a necessidade de apresentar apoio da CM e nem sempre o calendário e o ritmo das reuniões da AM se coadunavam com aquele tipo de procedimentos. Nenhum assunto saíria da deliberação ou decisão do Executivo Municipal assim como do conhecimento da AM. O único objetivo era a agilização e captação de investimento.

Almiro Moreira referiu que aquela proposta já tinha vindo à AM anterior e que tinha alertado para alguns factos. Concordava que houvesse necessidade de agilização dos processos, mas não podia concordar com o que estava referido à alteração da redação do artigo 8º., e introdução do novo texto do nº. 2 na parte final, que dizia que “...podendo esta competência ser delegada no Presidente da CM...” que achava que já não se punha a questão da agilização de ter necessidade da delegação daquela competência do Presidente da CM, porque a CM reunia quinzenalmente. Previa que a CM fosse delegar aquela competência e que a partir daquele mandato o Sr. Presidente da CM podia por si só, sem precisar do apoio da CM, dar apoio financeiro direto a investimentos, podia ceder terrenos em áreas adaptadas, podia ceder edifícios e equipamentos, podia proceder às obras de infraestruturas. Achava que era uma competência demasiado abrangente e muito lata. Não concordava com aquilo e já tinha alertado para este facto na última AM.

Presidente da AM referiu que tinha só sido posta em causa o nº. 2doartº. 8º. Referente à delegação de competência no Presidente da CM.

Presidente da CM esclareceu que não teria a competência se a CM não a delegasse no assunto em concreto. Não avançaria com nenhuma decisão àquele nível sem que a CM delegasse aquela competência numa reunião específica para o efeito. A CM primeiro tomava a deliberação e depois delegava no Presidente da CM aquela negociação.

Almiro Moreira referiu que não era isso o que estava escrito, porque não dizia que era para um assunto específico, mas sim para um assunto geral, e não era isso que estavam a aprovar.

Presidente da CM esclareceu que nenhuma decisão de apoio ao investimento seria feita sem a prévia aprovação da CM e só teria a competência delegada depois daquela decisão. A única questão que havia era saber-se a periodicidade das Assembleias Municipais.

Ricardo Jorge referiu que a Lei 75/2013 previa que competia à AM autorizar as alienações de imóveis. O que era prática era autorizar quando era pedido e não

autorizar de cheque em branco. Por alguma razão aquela competência era da AM já há muito tempo e que aquela norma não previa a delegação, mas sim a autorização.

Presidente da AM referiu que as competências da AM tinham que estar sempre salvaguardadas. Se o presidente da CM dizia em nome da CM que a ideia era que nunca iria concretizar nenhuma daquelas medidas sem previamente ser aprovadas pelo Executivo, e se alterassem o Regulamento com aquela recomendação poderia a AM aprovar “sine qua non”.

Almiro Moreira referiu que a sua ideia já tinha ficado clara e que o documento voltou para trás para corrigir aquela situação. Na última reunião o documento tinha vindo todo em vez de virem as alterações. Tinha dado a sugestão de retirarem uma ou duas alíneas no que dizia respeito à delegação de competências do Sr. Presidente. Mas o documento tinha vindo novamente em forma de alteração e apenas com os artigos a alterar, mas exatamente com o mesmo texto. Se, já na altura, o Sr. Presidente da CM tinha dito que não queria aquelas competências para si, deveria ter, de acordo com a sua intervenção, alterado o texto para que a AM o aprovasse. Uma vez que a AM não tinha competências para alterar algo que foi decidido em reunião de CM, deveria levá-lo de novo à reunião de CM e a AM aprovaria em Abril.

Filipe Costa referiu que, daquilo que lia e do que tinha ouvido do Sr. Presidente da CM, não via que houvesse uma espécie de poder absolutista que aquele queria com aquela norma. A partir do momento em que aquela decisão pertencia à CM, só depois da sua reunião, poder-se-ia delegar no Presidente da CM aquela decisão, era o que via naquele documento e não lhe parecia que havia qualquer colisão ou sufrágio de poderes.

Presidente da CM esclareceu que a redação do documento, quando dizia “podendo” significava que era arbitrário, e que podia acontecer ou não, mas o poder era da CM. Todas as autorizações e decisões dos pedidos seriam aprovados em reunião da CM, e nem queria assumir sozinho uma responsabilidade daquelas sem estar mandatado para o efeito.

Presidente da AM referiu que para se ultrapassar o impasse, a AM recomendava o seguinte: mantinham tudo como estava e para o que estava em questão sugeria que a seguir ao “podendo” introduzissem, “...podendo esta competência ser delegada, caso a caso, no Presidente da CM...” Ficava salvaguardada a intenção do Presidente da CM que não iria decidir caso nenhum sem falar primeiro com a CM. A AM poderia votar aquele Regulamento na generalidade com aquela recomendação à CM, ficando a aprovação da especialidade aberta para a continuação da discussão relativamente ao n.º 1 do art.º 8.º, última parte da norma, em que deveria ser intercalado a seguir a ser “delegado” e “Presidente” a expressão “caso a caso”.

Colocado à votação a alteração ao Regulamento a AM deliberou por unanimidade aprová-la com aquela condição da norma que ficava em aberto e teria de vir a uma nova AM para aprovação na especialidade com a recomendação da AM.

7.-DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA CIM-TS PARA 2016.

Presente os Documentos Previsionais da CIM-TS para 2016, que se dão aqui integralmente reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento.

8.-REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTELO DE PAIVA. CONHECIMENTO DA CONSULTA PÚBLICA.

Presente uma informação dos serviços da CM, dando conhecimento que findo o prazo de apreciação pública do presente regulamento, não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões.

A AM tomou conhecimento

9.-REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO SUPERIOR. CONHECIMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

Presente uma informação dos serviços da CM, dando conhecimento que findo o prazo de apreciação pública do presente regulamento, não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões.

A AM tomou conhecimento

10.-REGULAMENTO DE APOIO À NATALIDADE. CONHECIMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

Presente uma informação dos serviços da CM, dando conhecimento que findo o prazo de apreciação pública do presente regulamento, não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões.

Almiro Moreira referiu que, pessoalmente e em nome do GM do PSD, ficaram contentes por aquela medida ter sido implementada, porque numa sessão da AM em 2014 já tinha chamado à atenção para a preocupação que tinham sobre a natalidade em Castelo de Paiva.

Presidente da CM esclareceu que a proposta que foi apresentada pelo Grupo Municipal do PSD era muito diferente daquela que tinha sido aprovada.

A AM tomou conhecimento

Ausentou-se o Membro Pedro Maldonado.

11.-REGULAMENTO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL. CONHECIMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

Presente uma informação dos serviços da CM, dando conhecimento que findo o prazo de apreciação pública do presente regulamento, não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões.

A AM tomou conhecimento

12.-ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL “ALFREDO AUGUSTO RIBEIRO”.

Presente duas informações dos serviços da CM, com a alteração ao presente Regulamento, que se dá aqui integralmente reproduzida ficando arquivada na pasta anexa a esta ata, e outra dando conhecimento que findo o prazo de apreciação pública do presente regulamento, não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões.

Presidente da CM esclareceu que o que estava em causa era criar condições para se abrir uma nova hasta pública para os espaços que estavam livres e, sobretudo, para que um deles pudesse estar com uma abrangência maior em termos de atividades que seriam admissíveis para aquele recinto.

Presidente da AM referiu que a ideia inicial do Mercado Municipal tinha uma área para os produtos da terra. Era uma proposta que deixava à consideração da CM e da AM. Tinham alguns produtos da terra excelentes, o vinho, os kiwis e outros, e se pudessem congeminar uma loja de exposição, que pudesse ser uma mostra permanente daquilo que se produzia a partir da terra e que desse publicidade, seria uma boa promoção e poderia ser uma sala de visitas obrigatória para todos os turistas que visitassem o Concelho.

Presidente da CM esclareceu que a sua ideia era que havia aquela disponibilidade. Aproveitou para dar nota que, na última feira do vinho, lançou um desafio à CM do Porto para que se criasse uma loja no Porto para a promoção dos produtos turísticos de Castelo de Paiva, e já tinha escolhido um local, na Rua Mouzinho da Silveira, e esperava protocolar com a CM do Porto aquele espaço.

A AM tomou conhecimento das informações e deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao presente regulamento.

13.-LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO. – LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS 4º. TRIMESTRE 2015.

Presente uma informação dos serviços da CM, dando conhecimento da Listagem dos compromissos plurianuais assumidos que se dá aqui integralmente reproduzida ficando anexa na pasta anexa a esta ata.

A AM tomou conhecimento

Verificou-se a presença do Membro Pedro Maldonado.

14.-INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções

A sessão foi encerrada às 23h55, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do nº. 3 do artigo 57º. da Lei nº. 75/13, de 12 de Setembro.

Aprovada na sessão de ____ / ____ / ____ por _____

Com ____ votos a favor, ____ abstenções e ____ votos contra